

Reserva de Vagas em Universidades Públicas, Igualdade e Democracia

William Douglas e Sylvio Motta *

*"Não necessitam de médico os que estão
sãos, mas sim os que estão enfermos." –
Jesus (Lucas, 5:31.)*

Com a experiência de professores universitários que convivem diariamente em diversas instituições públicas e privadas do país, sabemos que não é preciso mais que um dia para verificar uma das mais perversas e injustas distorções de nosso meio: as universidades públicas estão abarrotadas de alunos que poderiam pagar um curso superior, ao passo que as instituições privadas se vêem repletas de elementos de poucas posses, que se martirizam na busca da educação superior.

Não é preciso ir longe para saber a razão: à baixa qualidade dos ensinos fundamental e médio em colégios públicos e a capacidade econômica dos mais abastados, que podem custear escolas particulares, cursos preparatórios, etc., somam-se fatores como alimentação, transporte, assistência médica e odontológica, além de outros, que fazem com que os egressos das camadas mais pobres não tenham condições razoáveis para competirem por vagas nas instituições públicas.

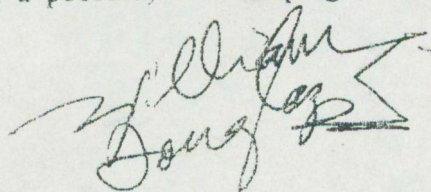
A Constituição, enquanto manifestação básica de vontade da sociedade, dispõe que é dever de todos lutar pela igualdade de oportunidades e pela eliminação da discriminação e das desigualdades sociais. Ignorar a atual inversão no ensino superior, onde o rico estuda de graça e o pobre não, é contribuir, pela via da omissão, para uma situação nefasta de iniquidade.

Entendemos que o caminho ideal para resolver este problema está em aprimorar o ensino público, tanto fundamental quanto médio. Porém, sabemos que isto não se faz da noite para o dia e, menos ainda, sem uma completa reestruturação das políticas educacionais vigentes. Também não se faz reforma de verdade sem incentivo à formação dos professores, treinamento, salários compatíveis, condições materiais das instituições, etc., ensejando um trabalho urgente e demorado.

Contudo, o problema da distorção no ingresso nas universidades públicas deve ser atacado logo, sem delonga, sob pena de recordarmos a frase atribuída à Rainha Catarina II, da Rússia: "A continuidade dos privilégios da Realeza está na razão direta da ignorância do povo." No Brasil de hoje, o termo "realeza" pode ser substituído por "elites econômicas", nacionais e estrangeiras.

Sempre nos postamos ao lado daqueles que são contra a reserva de vagas nas universidades em razão da cor ou etnia. Cremos que isto encerra uma discriminação, seja contra o negro, seja contra o não negro que está em situação sócio-econômica desfavorável. O que mais temos no país, hoje, é a discriminação em virtude da pobreza, da classe social, da falta de recursos para as necessidades básicas. É a discriminação patrocinada pela péssima distribuição de renda que infelizmente acomete o nosso país desde o seu descobrimento.

Todos sabemos que a educação (e a universidade pública e gratuita passa por aí) é o melhor meio para combater a exclusão social, a pobreza, o desemprego, a delinquência, os



vícios, etc. Um dos problemas da educação está justamente aí: o "perigo" que ela, se bem administrada, representa para as "elites" econômicas e políticas.

Assim, ao mesmo tempo em que devemos evitar mais discriminações, precisamos estabelecer instrumentos para que os mais pobres possam ter a chance de "darem a volta por cima", melhorarem de vida, superarem barreiras sociais e passarem a ser agentes de transformação da sociedade.

Ninguém duvida que nas escolas públicas estudam as camadas mais pobres da população. Então, por que não reservar parte das vagas nas universidades também públicas para aqueles que tenham cursado todo o ensino médio em instituições públicas? Nesse passo, parabenizamos aqueles que patrocinam esta reserva.

Na realidade, a **isonomia**, um dos princípios mais importantes da nossa Constituição, não quer dizer necessariamente igualdade de tratamento, mas sim igualdade de oportunidades, razão por que não será demais reservar proteções para os menos favorecidos.

Na **Oração aos Moços**, Rui Barbosa ensinou que *A regra da igualdade não consiste senão em quinhoeirar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade.*

Se os mais pobres têm menos chances de superarem obstáculos, nada mais justo que lhes ofertemos condições especiais de ingresso nos ambientes onde poderão modificar sua situação desfavorável e estabelecerem um efeito multiplicador.

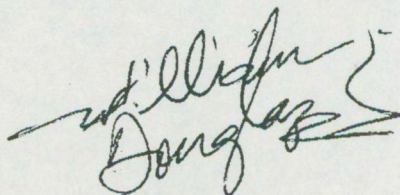
Convivemos diariamente com pessoas ricas e pobres, lidamos com milionários e mendigos. onde não será demais afirmar que as pessoas das classes menos favorecidas não querem favores nem caridade. Elas desejam apenas uma oportunidade!

Ora, ninguém se revolta com a reserva de vagas para deficientes físicos nos concursos públicos, e por quê? Porque, nesse caso, a sociedade já compreendeu que os mais fracos em determinados aspectos devem ser protegidos com maior zelo. Entretanto, o mesmo não está acontecendo nas universidades, onde os **deficientes econômicos** estão sendo dizimados nas provas de seleção, porque tratados de forma igual diante de concidadãos que têm todas as vantagens numa competição que, por mais honesta que possa ser, acaba tendo "cartas marcadas" pela desigualdade sócio-econômica. Desse modo, não será absurdo começarmos a pensar em reservar vagas para os egressos de escolas públicas.

Muitos preferem que não haja reserva ou proteção alguma, deixando a questão para que a seleção natural se incumba de resolvê-la, esquecendo-se das perversas diferenças existentes. Em geral, pensam assim os bem nascidos, ou aqueles que - mercê da sorte ou do esforço - puderam galgar seu espaço. Contudo, a idéia da seleção natural serve tão-só para espécies animais que, por serem irracionais, não alcançaram a compreensão de valores como os da democracia, igualdade real, fraternidade, solidariedade, etc. Deixar que todos os jovens - pobres ou abastados - sejam lançados numa mesma arena é simplesmente regredir na escala zoológica.

Nossas leis estão repletas de tratamentos diferenciados em prol da igualdade: tributos diferenciados, usucapiões especiais, Defensoria Pública, proteções diversas ao índio, ao idoso, à criança, ao adolescente, etc.

O estudo, embora mais fácil para os economicamente mais bem posicionados, é caminho que também pode ser trilhado pelo pobre, pelo excluído social. Através desse estudo é que muitos já alcançaram a melhoria de vida e de condição social e econômica, melhoria esta que é uma das características da democracia, em oposição às sociedades de castas e de privilégios.



Reservar vagas para os candidatos oriundos da escola pública significará sem dúvida um grande avanço em prol da igualdade de oportunidades.

Dessa forma, a seleção para as universidades públicas teria duas listas de classificados, uma com os candidatos oriundos das escolas públicas e outra com os de escolas particulares. Continuará havendo competição pelas vagas, mas com uma disputa mais justa e que por certo permitirá algum espaço para os alunos mais pobres.

Não temos dúvidas que esta oportunidade de educação terá influência incisiva na pirâmide social, permitindo que pessoas pobres e carentes tenham maiores chances para, através da educação, num primeiro momento, mudarem as suas vidas e as de seus familiares. Em seguida, poderão contribuir para mudar ainda mais a sociedade, isto porque é comum ver alunos dos cursos pré-vestibulares para carentes voltarem para ministrarem aulas no mesmo lugar onde aprenderam. Assim, por esse mesmo fenômeno de gratidão e responsabilidade, temos certeza de que os que vão mudar de vida, se lhes forem dada uma mínima chance, voltarão para suas casas, bairros, associações, etc., com a certeza de que este país pode mudar e com a disposição e o ânimo para darem sua cota de contribuição.

Mas, antes disso, a classe média e os formadores de opinião precisam dar também, e por primeiro, sua cota.

A mudança começará quando aqueles que estão em melhor situação, mais bem nutridos, educados e remunerados, tiverem a coragem de estender as mãos e ajudar os mais fracos a mudarem de condição cultural e, conseqüentemente, ascenderem a outro patamar sócio-econômico.

Será nessa hora que - enquanto raça e nação - nos afastaremos por definitivo dos primatas e outros animais, fazendo jus à nossa condição humana e aos nossos discursos de liberdade, democracia e igualdade.

* **William Douglas**, 32 anos, é Mestre em Estado e Cidadania (UGF), Juiz Federal Titular da 4ª Vara Federal de Niterói, Professor da Universidade Salgado de Oliveira, Pós-graduado em Políticas Públicas e Governo (EPPG/UFRJ) e autor de diversos livros e artigos.

** **Sylvio Motta**, 36 anos, é Professor de Direito Constitucional, conferencista e autor de diversos livros e artigos.

